

Um “Distinto Brasileiro”: A trajetória de José Albano, o Barão de Aratanha

A “Brazilian Distinct”:
The trajectory of José Albano, the Baron of Aratanha

*Alisson Freitas da Silva*¹

*Alexandre Barbalho*²

¹ Mestrando em História pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em História, Cultura e Espacialidades. E-mail: alisson.freitas@aluno.uece.br

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Professor associado do Curso de História e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: alexandre.barbalho@uece.br

RESUMO

A presente proposta é o resultado da discussão desenvolvida no O artigo reconstitui a trajetória do negociante, político, filantropo e religioso José Francisco da Silva Albano, o Barão de Aratanha. O objetivo é compreender como se davam os processos de distinção social e enobrecimento na periferia econômica do país, ou seja, na província do Ceará. O recurso teórico-metodológico à noção de trajetória implicou em estabelecer as relações com indivíduos, grupos e instituições no interior de espaços sociais (político, econômico, cultural, etc) nos quais o agente é posicionado e se posiciona. Para tanto, recorreu-se a um conjunto de fontes primárias e secundárias: notas biográficas e genealógicas, memórias, documentos oficiais (atas de reuniões, relatórios, ofícios e correspondências das mesas administrativas da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza) e, em especial, as fontes hemerográficas.

PALAVRAS-CHAVE: nobreza; monarquia; filantropia; igreja; Ceará.

ABSTRACT

The article reconstructs the trajectory of the trader, politician, philanthropist and religious José Francisco da Silva Albano, the Baron of Aratanha. The objective is to understand how the processes of social distinction and ennoblement took place in the economic periphery of the country, that is, in the province of Ceará. The theoretical-methodological resource to the notion of trajectory implied in establishing relationships with individuals, groups and institutions within the social spaces (political, economic, cultural, etc.) in which the agent is positioned and positioned. In order to do so, a set of primary and secondary sources was used: biographical and genealogical notes, memories, official documents (minutes of meetings, reports, official letters and correspondence from the administrative boards of Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza) and, in particular, the hemerographic fonts.

KEYWORDS: nobility; monarchy; philanthropy; church; Ceará.

Introdução

Ao descrever os principais elementos característicos do Brasil monárquico, o brasilianista Roderick Barman (1973) destaca, entre outros, a existência da nobreza e a concessão de honras e títulos inspirados nos costumes de sua antiga metrópole. Porém, adaptada à realidade jurídica local, a nobreza constitucional brasileira se diferenciava em diferentes pontos daquela europeia. Enquanto em Portugal, por exemplo, o “sangue” pautava a pertença de títulos, no Brasil estes possuíam outras razões para serem concedidos: apoiar as políticas da Coroa, participar de suas guerras e suprimir revoltas contra o governo e principalmente assumir o papel de filantropo e fomentar obras como hospitais, seminários, igrejas, asilos e colégios de órfãos. Por esses meios, muitos homens e algumas mulheres tornaram-se nobres e um deles foi o fortalezense José Francisco da Silva Albano.

Nascido em 1830, José Albano teve a sua atuação como negociante e a ajuda prestada a diversas instituições de caridade da capital e do interior do Ceará sempre citadas por aqueles que o descreveram. Desse modo, os títulos e cargos que acumulou ao longo da vida aparecem como resultado de sua benevolência e compaixão a terceiros. Ele tornou-se, nas palavras de Barão de Studart, um “capitalista e filantropo”, além de “um grande amigo e um fatigável auxiliar do bispo D. Luiz Antônio dos Santos” (Studart 1902, p. 314). Na avaliação da revista *Galeria Cearense*, foi “um dos cearenses distintos que tem-se imposto ao respeito e gratidão de seus conterrâneos pela nobreza de seu caráter, e serviços, que há prestado a sua terra”³.

Negociante, político, filantropo e religioso, com essas qualificações, José

³ *Galeria Cearense*, Fortaleza, 01.nov.1895, n° 2, p.1 - 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=815179&pasta=ano%20189&pesq=&p_agfis=5. Acesso em 31 mar. 2021

Albano se cacifou junto ao Império e conquistou em 1887, véspera da proclamação da República, um título de nobreza, o de Barão de Aratanha. Este artigo pretende reconstituir a trajetória do Barão de modo a compreender como se davam os processos de distinção social e enobrecimento na periferia econômica do país, ou seja, na província do Ceará.

O objetivo é traçar uma análise que fuja da biografia apologética que, como diz Pierre Bourdieu (1998), se assemelha a um romance linear e sucessivo; a uma “ilusão retórica” na qual frases como “desde pequeno”, “desde então” e “sempre gostei” demonstram o esforço em construir uma lógica coesa sobre a vida do biografado. É o que se depreende, por exemplo, da referida nota biográfica publicada na *Galeria Cearense* onde se percebe a tentativa de dotar o Barão com sentimentos nobres inatos que se revelam em suas atitudes beneméritas para com os pobres, órfãos e doentes.

Portanto, se é um procedimento equivocado “compreender urna vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio (Bourdieu, 1998, p. 189 -190), faz-se necessário entendê-la como uma trajetória definida a partir de relações com indivíduos, grupos e instituições no interior de espaços sociais (político, econômico, cultural etc) nos quais o agente é posicionado e se posiciona. Ou, em uma perspectiva eliasiana, como uma trajetória onde o comportamento individual vai se ajustando ao espírito de grupo do qual participa e, assim, fabricando semelhanças entre os seus membros (Coury, 2010)⁴.

Para reconstituir a trajetória do Barão recorreu-se a um conjunto de fontes primárias e secundárias: notas biográficas e genealógicas, memórias,

⁴ Ainda que não se recorra à prosopografia como metodologia, a pesquisa esteve atenta, como indica Lawrence Stone, à “investigação das características comuns de um grupo de atores na história” (Stone, 2011, p. 115).

documentos oficiais (atas de reuniões, relatórios, ofícios e correspondências das mesas administrativas da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza) e, em especial, as fontes hemerográficas que possibilitaram acessar o ambiente político, econômico e social da província e da capital. Assim, por exemplo, os periódicos *O Commercial*, *O Mercantil* e o *Almanak da Província do Ceará*, ligados a questões econômicas, industriais e mercantis, forneceram indícios sobre a atuação mercantil de José Albano; já *A Constituição*, *O Libertador* e o *Pedro II* revelaram a sua influência política e social.

O artigo está dividido em quatro seções, fora a introdução, seguidas das considerações finais. Na primeira, situa-se a ascensão econômica e social de José Albano. Nas duas seguintes, analisa-se sua inserção e reconhecimento como filantropo. Na última seção, aborda-se a outorga do título de Barão de Aratanha.

O capitalista de sucesso em uma província em desenvolvimento

José Francisco da Silva Albano nasceu em Fortaleza, no dia 21 de maio de 1830, e faleceu em 1901. Era o filho mais velho do comerciante Manoel Francisco da Silva, português de Villa de Varzim, e de Maria Angélica da Costa e Silva, filha do Sargento Mor Albano da Costa dos Anjos⁵, agricultor na serra da Aratanha. Pouco se sabe sobre sua infância e juventude. Segundo relata Manuel Albano Amora (1945), com a morte do pai em 1842 e da mãe três anos depois, José e os irmãos ficaram sob responsabilidade dos tios Vidal da Penha e Silva e Capitão José Antônio da Costa e Silva, fazendeiro e plantador de café na mesma região serrana.

Em relação à educação formal, a *Galeria Cearense* informa que, órfão, “não

⁵ José e seus irmãos Manuel e Antônio incorporaram o nome do avô materno, Albano, como sobrenome de modo a se diferenciar de outros parentes “Francisco da Silva”.

teve quem se interessasse seriamente por sua educação”. Tendo frequentando o curso primário, em uma época na qual era difícil no Ceará o estudo secundário, “com isto contentaram-se os seus preceptores (...) e por isso teve elle de se conformar com o pouco que lhe haviam ensinado. Concluído os estudos de primeiras letras destinaram no á carreira do commercio”⁶. O direcionamento para a prática comercial desde jovem o levaria a trabalhar em algumas casas comerciais, propiciando experiência e relações no setor mercantil. Um de seus empregadores, por exemplo, foi José Smith de Vasconcelos, o 1º Barão de Vasconcellos, para quem trabalhou com caixeiro em Sobral e em Fortaleza.

A situação econômica familiar mesmo com o falecimento dos pais não era, no entanto, difícil. Ainda segundo Amora (1945), tanto o avô materno quanto seus pais possuíam prédios na capital e terras na Serra de Aratanha voltadas para o criatório de gado. A herança possibilitou que ele e seu irmão Manuel fundassem em 1852 a casa comercial Albano & Irmão, inicialmente conhecida como Loja do Povo e depois como Casa Albano. Por sua vez, seguindo a lógica do casamento como recurso para criar ou fortalecer laços (políticos, econômicos e /ou sociais), José Albano casou-se em 1854 com sua prima Liberalina Angélica da Costa e Silva, filha do citado Capitão José Antônio.

A Casa Albano, situada na Praça do Ferreira, ponto central da cidade, foi uma das principais de Fortaleza no século XIX e esteve ligada a mais de um setor mercantil, atuando principalmente como loja de artigos importados (miudezas, tecidos e bebidas como vinho e whisky, entre outros produtos) (AZEVEDO, 2001a; 2001b). É importante assinalar que o crescimento do empreendimento se deu no contexto de consolidação da capital como principal

⁶ *Galeria Cearense*, Fortaleza, 01.nov.1895, nº 2, p.1 - 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=815179&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=5>. Acesso em 31 mar. 2021

entreposto comercial e centro de decisões políticas e administrativas da província, à medida que a cotonicultura transformava as relações comerciais do Ceará, principalmente nas décadas de 1860 e 1870. A cidade vivia o início de seu processo civilizador, com o estabelecimento de códigos de condutas, de planejamento e embelezamento urbanos e de práticas higienistas (Ponte, 2001; Queiroz, 2011, Rodrigues, 2018)⁷.

Nesse cenário de dinamismo econômico foram criadas duas instituições representativas do setor comercial com o objetivo de organizar a atuação classista: a Associação Comercial do Ceará (1866)⁸ e a Junta Comercial do Ceará (1876)⁹. José Albano figurou no quadro das duas instituições: foi presidente da primeira e presidente interino da segunda (Cunha, 2011). O fato de estar presente em diferentes empreendimentos econômicos e entidades classistas revela uma prática de investimento que se aplica também ao seu “lado filantropo”, haja vista a série de auxílios e assistências junto ao Estado e à Igreja Católica com a qual se envolveu, como se verá.

Desse modo, é possível, a partir de Coury (2010), enunciar o empreendimento analítico desenvolvido nas próximas seções da seguinte forma: de que maneira se deu a conversão eficiente dos recursos acumulados por José Albano, em especial o econômico, em capital filantrópico?

⁷ Um dos principais símbolos do “progresso” de Fortaleza foi a conclusão do primeiro trecho da estrada de ferro entre a capital e a cidade de Baturité. O empreendimento foi liderado por um grupo de acionistas, todos integrantes da elite comercial. José Albano, além de possuir ações da Companhia, ocupou o cargo de tesoureiro interino (1873 e 1874). *O Cearense*, Fortaleza, 04 maio 1873, n° 35, p.4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/709506/10185>>. Acesso em 27 mar. 2021; *O Cearense*, Fortaleza, 22 jan. 1874, n° 07, p.4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/709506/10279>>. Acesso em: 27 mar. 2021.

⁸ Almanaque do Ceará (1873, p. 48). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/706043/443>>. Acesso em: 25 mar, 2021.

⁹ *O Cearense*, Fortaleza, 28 maio 1881, n° 113, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/709506/14642>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

Um cavalheiro em meio aos necessitados

Durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), as famílias dos *Voluntários da Pátria*, como eram chamados os soldados brasileiros, passaram por dificuldades econômicas, o que levou à criação das Caixas de Socorros com objetivo de arrecadar e distribuir dinheiro (público e particular) para os familiares necessitados (Souza, 2007). No caso do Ceará, a Caixa de Beneficência das Órfãs teve José Albano como tesoureiro¹⁰. Em matéria sobre sua atuação na Caixa, o jornal *O Cearense* traz a seguinte ponderação:

Nem sempre os governos sabem, ou querem remunerar serviços prestados ao paiz; outras vezes, o que é mais revoltante, prevalecem-se de serviços alheios para por elles gallardoarem seus afeiçoados. Infelizmente este erro é antigo, somente hoje poder-se-ha notar mais exageração n’este procedimento. Ha porem uma recompensa, mesmo n’este mundo, que vale mais que todas as distincções do governo, e que os mais desenteressados com razão ambicionam. É a estima, e gratidão publica, que não pode ser indifferente a serviços prestados em favor do paiz; é a lembrança, que de taes serviços deve a historia levar a posteridade. N’este intuito pois obtive do honrado Sr. José Francisco da Silva Albano thesoureiro da commissão patriota em 1865 e 1866 as contas que prestou do dinheiro recebidos, e destrebuidos com as familias dos voluntários.¹¹

Outro exemplo de atuação filantrópica de José Albano se deu com os socorros destinados aos retirantes da seca de 1877-1879, uma das piores da história do Ceará (Neves, 2002). Homens, mulheres e crianças que sofriam com a falta de água recebiam auxílio do governo: roupas, alimentos e, em menor

¹⁰ *A Constituição*, Fortaleza, 16 set .1865, n° 205, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/235334/349>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

¹¹ *O Cearense*, Fortaleza, 03 abril 1868, n° 59 p.3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/709506/11769>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

proporção, quantias em dinheiro. Para essa distribuição se constituiu a Caixa de Socorros da capital, composta pelo presidente da Província Caetano Estelita, pelo bispo D. Luiz e outros membros das elites locais, entre eles José Albano. O jornal *O Cearense*, em 15 de julho de 1877, por exemplo, informa que 2 contos de réis vindo dos poderes governamentais “para esmolas aos mendigantes” foram entregues a José Albano, a quem congratulou pelo trabalho realizado na comissão¹².

Compreende-se, desse modo, o fato de Barão de Studart, ao discorrer sobre José Albano, destacar os “actos de benemerencia praticados por este distinto brasileiro durante a sua longa e bem aproveitada existencia” (Studart, 1902, p. 314). De fato, ele se fez presente em muitos grupos e boa parte das instituições da cidade recebiam sua ajuda, ora sozinho, ora acompanhado de outros indivíduos da elite. Guardou relações estreitas com a Igreja e o Estado em suas doações, e, por vezes, seu auxílio era dado de forma simultâneas às duas instituições, que no contexto do Brasil imperial estavam oficialmente ligadas. Como é o caso de sua atuação junto ao Seminário Episcopal e ao Colégio de Órfãs de Fortaleza.

A *Galeria Cearense* revela que o comerciante era “procurador de quase todas as casas de caridade da província” e que simultaneamente havia auxiliado nas obras do Seminário da capital e concorrido para a solidez da construção e embelezamento do prédio, resultando assim em “grande economia ao cofre episcopal”¹³. José Albano ocupou o cargo de supervisor da construção do Seminário em novembro de 1866. O cargo dizia respeito tanto à fiscalização do andamento da obra, quanto ao seu financiamento, cujos recursos vieram do montante arrecadado por esmolas públicas (doações de particulares),

¹² *O Cearense*, Fortaleza, 15.jul. 1877, n° 59 p.3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/709506/11769>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

¹³ *Galeria Cearense*, Fortaleza, 01 nov. 1895, n° 2, p.1 e 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/815179/4>> Acesso em: 1 mai. 2021.

economias da Igreja e do Governo Provincial.

O processo de arrecadação de dinheiro público e privado também foi feito para a concretização do Colégio de Órfãs de Fortaleza para o qual foi criado uma caixa beneficente organizada por um conselho diretor. José Albano foi o encarregado da tesouraria em 1865¹⁴ e em 1868 ocupava o posto de provedor do colégio¹⁵. Além disso, era procurador do Bispo D. Luiz, podendo, por exemplo, solicitar dinheiro junto aos cofres públicos para reforma de igrejas ou para o orçamento de instituições caritativas.

Como reconhecimento pela boa relação que nutria com o meio assistencial da cidade e com D. Luiz, o “honrado negociante” recebeu do Papa Pio IX em 17 de maio de 1870 a condecoração de Cavaleiro da Ordem de São Gregório Magno¹⁶, honra concedida a indivíduos com forte ligação com a Igreja como reconhecimento de sua dedicação com a instituição, suas obras e valores. A condecoração funcionava como um elo, um “selo” de compromisso entre as partes. Na medida em que o comerciante auxiliava as instituições religiosas, passava a ocupar espaços de poder cada vez mais específicos e delimitados. Mas foi com sua colaboração na construção da Santa Casa e, principalmente, da Igreja do Sagrado Coração de Jesus que José Albano se capitalizou para receber seu título de nobreza.

Os “grandes serviços”: a Santa Casa de Misericórdia e a Igreja do Sagrado Coração de Jesus

¹⁴ *A Constituição*, Fortaleza, 24.02.1865, n° 45, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/235334/104>>. Acesso em: 2 mai. 2021.

¹⁵ *Jornal do Ceará*, Fortaleza, 23.02.1868, n° 44, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/720291/174>>. Acesso em: 4 mai 2021.

¹⁶ *A Constituição*, Fortaleza, 21 jul. 1870, n° 143, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/815179/4>> Acesso em: 1 mai. 2021.

A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza foi o primeiro hospital destinado aos cuidados dos doentes pobres e uma das principais instituições públicas do período. Sua construção foi iniciada em 1847 e terminada em março 1861. Parte dos recursos para sua elevação veio de doações de particulares, muitos dos quais posteriormente ocupariam seus quadros administrativos (Oliveira, 2010). Por sua ligação com a Igreja (tendo à frente a Irmandade da Misericórdia) e com o Estado, é possível elencar duas características importantes sobre tal instituição: a primeira é que, de forma simultânea, era um espaço médico-assistencial e religioso; a segunda é que intelectuais, políticos, comerciantes, médicos, filantropos e donos de terras faziam parte das prestigiosas mesas administrativas do hospital e compunham seus quadros administrativos.

Como membro da Confraria dos Irmãos da Santa Casa, José Albano esteve envolvido desde a fundação do hospital por meio de doações em dinheiro e de gêneros e com custeio de parte das obras, a exemplo do forro de uma das salas do edifício¹⁷. O filantropo compôs diferentes mesas administrativas na história da instituição e foi um dos poucos que chegaram ao prestigiado posto de vice-provedor por mais de uma vez (1877 e 1881-1889). As suas vice-provedorias estão estreitamente ligadas à construção, sob direção da Santa Casa, do Asilo de Alienados de Fortaleza finalizada em 1886 (Oliveira, 2010). Com a difícil missão de acomodar e tratar os “alienados” de todo o Ceará, o Asilo cumpriu um importante papel médico-social, como se pode perceber nas palavras do vice-provedor José Albano: “Crescido numero de infelizes loucos que por estradas e povoados viajavão no maior abandono, ou definhavão nas cadeias publicas, forão alli recolhidos, e destes já vinte e seis a

¹⁷ *O Cearense*, Fortaleza, 11 nov. 1862. n° 1550, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/709506/5484>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

sociedade recebeu completamente curados”¹⁸.

No mesmo período em que esteve envolvido com a Santa Casa e o Asilo, José Albano e sua esposa lideraram a construção da Igreja do Sagrado Coração de Jesus que recebeu até o início do século XX a alcunha de “Igreja dos Albano”. A realização da obra era tida como de grande importância para a Igreja Católica de Fortaleza, mas, segundo o jornal *Tribuna Catholica*, um “órgão político do partido catholico”, ainda que a necessidade do templo fosse um consenso, restava “resolver o modo de realizá-la”. Por isso, o jornal recorreu à generosidade e boa vontade dos cearenses: “O que derdes para o templo do coração de Jesus não é gastar, mas entesourar no céu onde a traça não vae”. Loterias, arrecadação de donativos nas diferentes freguesias e até mesmo pedidos aos cearenses residentes em outras províncias foram formas de conseguir o montante. Acreditava-se que assim, a construção estaria acabada rapidamente como “obra de um encantamento”¹⁹. Mas, diferente do credo, a construção não foi rápida e alcançou a década seguinte, sendo concluída somente em 1886 (Studart, 1925).

Um dos maiores benfeitores do templo, como já dito, foi o casal José e Liberalina Albano. Autores como Azevedo (2001a; 2001b) e Netto (2014) defendem, inclusive, que a iniciativa da construção havia partido da família Albano, assim como o financiamento das obras, com o apoio do bispo do Ceará, D. Luís. Gustavo Barroso (1962) também compartilha dessa perspectiva ao afirmar que José Albano foi o “construtor da igreja”, mas traz um outro motivo, além da filantropia e da dedicação à causa da Igreja, o que o teria levado a assumir a obra: um dos filhos do casal, D. Xisto Albano, tinha se ordenado na França, estava voltando ao Ceará para exercer seus trabalhos e acabou por se

¹⁸ Relatório da Santa Casa, 19 de março de 1887, p. 8. (Ofícios da Santa Casa - Arquivo Público do Ceará).

¹⁹ *Tribuna Catholica*, Fortaleza, 08 dez. 187, nº 32, p.2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/778494/10>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

tornar o pároco do novo templo.

Apesar da pesquisa empreendida para a realização desse artigo não encontrar documentos que apoiem a posição dos autores citados, era essa a percepção da época, inclusive fora do Ceará. O jornal *O Apóstolo*, sediado no Rio de Janeiro, trazendo notícias das províncias do Império, revela:

O templo do Sagrado Coração de Jesus está muito adiantado. O benemerito Sr. tenente-coronel José Francisco da Silva Albano tem sido incançável na direção d’esse trabalho. Fica um templo magnifico, quando acabado, a vista da torre é a mais linda e encantadora.²⁰

A *Gazeta do Norte*, por sua vez, anuncia que:

Como foi anunciado, realisou-se com toda pompa e solenidade a benção da igreja do Coração de Jesus. No dia 24, às 5 horas da tarde, s. exc. revdma o sr. D. Joaquim, dignissimo bispo diocesano, celebrou acto de sagração da igreja com todas as cerimoniaes religiosas (...)

Foi grande a concorrência do povo que affluio aos actos religiosos religiosos.

É capelao do novo e magnifico Templo o virtuoso sacerdote padre Antonio Xisto Albano, cuja actividade e zelo pelo culto são a garantia dos fieis, e o **orgulho de seus estremecidos paes, a cujos esforços se deve principalmente a elevação e construcção da igreja** (grifo nosso)²¹

Como demonstrado, José Albano, na altura da conclusão da Igreja do Sagrado Coração, possuía uma longa trajetória de atuação como filantropo e de conquista de títulos (além de Cavaleiro, em 1872 alcançou o posto de Tenente

²⁰ *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1881, n° 15, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/778494/10>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

²¹ *Gazeta do Norte*, 2 mar. 1886, n° 67, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/709506/5484>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

Coronel da Guarda Nacional), mas tudo leva a crer que foram a sua atuação junto à Santa Casa e, principalmente, a construção desse templo que lhe garantiram finalmente o título nobiliárquico. De fato, é possível afirmar que a “igreja dos Albano” foi o seu “grande serviço”. Não foi mera coincidência que no ano seguinte ao da inauguração de “sua” igreja, o filantropo tenha sido premiado com um baronato sem grandeza, o mais baixo na hierarquia dos títulos.

Barão pelas mãos de Isabel

D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, cada um à sua maneira, utilizaram da distribuição de títulos de nobreza para cooptar as elites brasileiras, fazendo com que estas compusessem seus quadros de alianças políticas. Mas foi no Segundo Reinado que os títulos se constituíram como verdadeira moeda de troca entre a Coroa e as elites, fosse para (re) afirmar laços políticos e apoio nos momentos de crise ou para ressarcir auxílios dados ao Estado.

Segundo Faoro (2001), os títulos possuíam um uso político tanto por parte do Imperador como por parte dos agraciados. Receber um título significava receber uma chancela dada pela Coroa. Assim, criava-se um vínculo entre governo e indivíduo. Para o primeiro, além de se constituir com um “laço de aliança”, se constituía também como um mecanismo de controle das elites. Para os segundos, se não simbolizava poderes políticos efetivos, significava uma estrutura prática de privilégios baseada em influência, participação em decisões políticas, sociais e econômicas importantes, posição social e familiar, e reconhecimento público. De uma forma ou de outra, aquele que alcançasse o status de nobre no império brasileiro, era considerado distinto socialmente.

Era a prática de “dar e receber” muito presente na lógica social dominante no Império. Como disse Roberto Schwartz (1977), o favor era,

naquele momento, a mediação quase universal das relações sociais no país. Logo, para se alcançar um título e tornar-se nobre, o merecimento por meio de “serviços” prestados era um dos pontos mais importantes a serem considerados. Em suma, as titulações serviam para aproximar as elites regionais do governo central formando assim um “canal”, favorecendo a troca de interesses entre essas instâncias²².

É importante reforçar que, diferente da nobreza europeia, a brasileira possuía caráter honorífico e não hereditário. Ou seja, os títulos não se estendiam aos familiares e duravam somente o tempo de vida do titulado. Barman (1973), Oliveira (2013) e Oliveira (2016) discorrem sobre o caráter não aristocrático da nobreza constitucional brasileira e mostram que para a maioria daqueles que recebiam títulos não existiam benefícios tidos como tradicionais na Europa, tais como: isenção de impostos ou fiscal, privilégios judiciais ou fundiários, cargos secundários ou exclusivos nas forças armadas e no governo ou acesso automático ao Senado²³.

Por sua vez, havia uma hierarquia entre os títulos distribuídos. Segundo Jéssica Oliveira, a sequência em ordem crescente era a seguinte: “baronatos sem grandeza, honras de grandeza posteriores para barão, baronatos com grandeza, viscondados sem grandeza, honras de grandeza posteriores para visconde, viscondados com grandeza, condados, marquesados e ducados” (Oliveira, 2016, p. 14). Ainda segundo a autora, entre 1844 e 1853, o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* trazia na sessão intitulada “Casas Titulares do Império” primeiramente os nomes de marqueses, condes, viscondes e barões

²² Nem sempre os títulos eram aceitos pelos seus escolhidos. Marina de Oliveira (2013) trata de algumas recusas de títulos e condecorações por parte de personagens como José Bonifácio de Andrada e Joaquim Gonçalves Ledo, entre outros.

²³ A Constituição de 1824 era o documento que regia a distribuição de títulos. Conforme o texto constitucional, cabia ao Poder Executivo “Conceder títulos, honras, ordens militares e distinções em recompensa dos serviços feitos ao Estado” (BRASIL, 1824).

com grandeza. Por último, vinha a lista com viscondes e barões sem grandeza. Após 1854, essa divisão se tornou mais evidente, pois se passou a usar na seção “Corte Imperial” a divisão entre “Grandes do Império” (para os títulos mais altos e com grandeza) e “Casa Imperial” (para os títulos mais baixos e sem grandeza).

Os títulos mais elevados eram dados àqueles que possuíam funções intimamente ligadas à Coroa ou que em algum momento atuaram de forma relevante para a nação. Os títulos mais baixos e sem grandeza, por sua vez, estavam ligados à influência provincial: eram comerciantes, agricultores e ocupantes de cargos administrativos ou de diretoria em companhias de ferro, institutos, bancos ou pelo simples fato de serem fazendeiros ou negociantes (Oliveira, 2016). Ou seja, nem todos os nobres possuíam acesso a determinados espaços políticos de envergadura nacional (como o Senado e o Conselho de Estado, por exemplo) e, em sua maioria, os títulos tinham repercussão e importância apenas no âmbito local.

Ao analisar o Arquivo Nobiliárquico (1918), biografias, decretos de nobilitação e jornais, é comum se deparar com a ideia de “tarefa” ou “serviço” realizado por aqueles que receberam um título. Os motivos para a nobilitação eram vastos e obedeciam a razões distintas: auxílio de tropas, melhoramentos urbanos de cidades, atuação e destaque profissional, apoio político, dentre outros. Esses serviços estavam geralmente relacionados à origem social dos indivíduos, muitos dos quais estavam ligados à vida pública ou eram componentes de famílias ligadas a essa esfera. O agraciado (ou agraciada) geralmente acumulava um conjunto de recursos: riqueza material, carreira profissional de destaque, práticas de auxílio ao Estado e à Igreja, títulos e honrarias concedidos anteriormente. A esse cabedal se somava o peso da província do beneficiado na correlação política e econômica do país. Para Barman (1973), as titulações foram distribuídas de forma equânime entre as

regiões do Império e suas respectivas províncias. Mas Oliveira (2016), em trabalho mais atualizado, defende que houve uma maior quantidade de títulos concedidos para Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, o que caracterizaria uma distribuição centralizada, ao contrário do que afirmou o brasilianista.

É possível, desse modo, sistematizar alguns aspectos da nobreza no Segundo Reinado: se constitui como um grupo pequeno e heterogêneo; seus componentes foram recrutados de variadas elites (econômicas, políticas, culturais, religiosas etc); somente os títulos mais altos e com honras de grandeza possuíam ligações diretas com a Coroa e altos postos (militares ou políticos); e boa parte do corpo de nobres era de barões - o título mais baixo da hierarquia nobiliárquica.

Sobre essa última característica, José Murilo de Carvalho (2008), ao atribuir ao governo de D. Pedro II a “nacionalização” da monarquia brasileira, destaca a distribuição de títulos como um dos fatores indicadores desse processo²⁴. Nacionalizar significava expandir a monarquia e sua influência para todos os pontos do Império. E, comparado aos governos de D. João VI e de D. Pedro I, o de Pedro II foi o que mais distribuiu títulos de nobreza, com destaque para os de grau mais baixos, os baronatos²⁵. Com os baronatos, comerciantes e fazendeiros de várias partes do país passaram a fazer parte da nobreza sem que o título correspondesse a posições de destaque e altos postos na máquina

²⁴ Para uma análise mais aprofundada das diferenças entre a concessão de títulos entre D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II e seus significados ver Oliveira (2013).

²⁵ No que tange a quantidade de títulos e honras distribuídos no Segundo Reinado, temos mais títulos do que titulares. Entre 1840 e 1889 foram oferecidos 1.133 títulos a 884 indivíduos. Isso se explica porque muitos agraciados subiram na hierarquia, pelas mais diversas razões, e conquistaram títulos mais elevados. Desse universo, 858 eram homens (Oliveira, 2016).

pública, não concorrendo, desse modo, com a elite política nacional²⁶.

Esses títulos foram utilizados de forma recorrente como mecanismos para barganhar alianças e adeptos para as decisões tomadas pela Coroa brasileira. Analisando o contexto que vai de 1840 a 1889, é possível identificar períodos nos quais a distribuição de títulos se mostrou mais expressiva: os de conflitos armados, como as revoltas Farroupilha (1835-1845) e Praieira (1848), com a Guerra do Paraguai (1865-1870) – quando em militares da Guarda Nacional foram agraciados - ou em períodos de mudanças políticas e socioeconômicas. Segundo Carvalho (2008), especificamente nos anos de 1871, 1885 e 1888 houve uma maior concentração de títulos concedidos. Isso se explica pelo fato de que, com o advento das leis abolicionistas nesses respectivos anos, parte considerável dos senhores de escravizados sentia-se prejudicada. Como estratégia para sanar esse descontentamento crescente, a Coroa buscava compensar as perdas materiais da elite comercial e rural escravista por meio da distribuição de títulos.

É nesse contexto, no dia 03 de dezembro de 1887, já em fins do Império, que José Albano foi contemplado com o título de Barão de Aratanha, um título sem honras de grandeza²⁷. A concessão do título, como era costume, foi noticiada por jornais locais como o *Pedro II*, e por jornais de outras províncias e também do Rio de Janeiro, caso da *Gazeta de Notícias* e *O Apostolo*.

²⁶ Segundo Carvalho (2008, p 258), “apesar de os barões constituírem 77% dos titulares de D. Pedro II, eles representavam apenas 14% dos ministros do 2º Reinado que possuíam títulos”.

²⁷ Como já dito, as titulações brasileiras não eram de *herdade*, ou seja, não poderiam ser passadas de geração em geração, nem eram extensivas à consorte. Desta maneira, é interessante perceber o funcionamento do poder simbólico que reside no ato de nomeação, no caso, de alguém como “barão”, pois é possível encontrar em algumas fontes da época e até na bibliografia atual (Barroso, 1962; Azevedo, 2001a; 2001b) a menção à esposa Liberalina como “Baronesa da Aratanha”. Contudo, a pesquisa feita para esse artigo não encontrou evidências de que o título também tenha sido dado à esposa. Além de não se tratar de uma prática, não foi encontrado o decreto imperial de concessão no Arquivo Nobiliárquico Brasileiro.

Referenciando-se em Carvalho, pode-se afirmar que o baronato de José Albano está inserido em um período de instabilidade para a Coroa brasileira. Vale salientar que do final de 1887 a início de 1888, a princesa Isabel encontrava-se como Regente do Império do Brasil e em todos os períodos regenciais houve mudanças e acontecimentos significativos que, ou impactaram a ordem social vigente, ou necessitaram de intervenção do poder central para sua resolução, resultando sempre na perda de apoio de parcela das elites.

Não se defende aqui a tese de que o baronato foi concedido pela Regente somente como produto de um momento de crise, o que se busca é ressaltar que as concessões de títulos eram influenciadas também por elementos e fatores de ordem econômica, política e social, além dos recursos detidos pelos agraciados. O papel de uma conjuntura favorável pode ser inclusive local. A *Galeria Cearense* revela, por exemplo, que o governo Enéas Araújo Torreão Silva Albano, presidente do Ceará entre 1886 e 1888, “abriu o bolso” e deu suporte a todos os melhoramentos de interesse público. O ambiente propício na província acabou fortalecendo José Albano, como revela o mesmo periódico:

O Dr. Torreão e o Bispo diocesano, a quem muito havia auxiliado o Coronel Albano, como uma remuneração, que julgamos muito aquém do merecimento do illustre biographado, apresentaram seu nome à munificencia S. A. I a Regente, que fazendo justiça ao merito e serviços de tão distinto brasileiro, agraceou-o por decreto de 3 a Dezembro de 1887 com o titulo de Barão de Aratanha.²⁸

O presidente da Província, do mesmo partido conservador ao qual pertencia José Albano, e o bispo do Ceará, de quem era um auxiliar importante,

²⁸ *Galeria Cearense*, Fortaleza, 01.nov.1895, n° 2, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=815179&pasta=ano%20189&pesq=&p_agfis=5. Acesso em 31 mar. 2021

são apontados pela revista como aqueles que promoveram seu nome à princesa como candidato ao baronato. Ou seja, as duas principais instituições, a Igreja e o Estado, com as quais o Barão de Aratanha vinha construindo ao longo dos anos suas redes de sociabilidade e de apoio mútuo.

Considerações finais

O artigo buscou reconstituir a trajetória de José Francisco da Silva Albano até o momento em que foi agraciado com o título de Barão de Aratanha objetivando entender como se deu a outorga do baronato para além da percepção consagrada entre seus contemporâneos de ser o agente um “homem distinto” por sua atitude cristã e filantrópica.

A análise demonstrou que José Albano, herdeiro de certo nível de capitais econômico e social, tanto da parte do pai, comerciante, quanto do avô materno, proprietário influente na região de Aratanha, soube ampliar sua herança econômica, abrindo uma empresa comercial com seu irmão e, em especial, social participando, inicialmente, de empreendimentos modernizadores, como a Companhia da Estrada de Ferro, e das nascentes instituições representativas da classe mercantil da província.

Dispondo de recursos econômicos e inserido na sociedade da época, José Albano se posicionou como um filantropo dedicando tempo e dinheiro, por exemplo, à causa das famílias órfãs dos “voluntários da pátria” ou dos flagelados da seca. Mas foi no apoio à construção de equipamentos onde se cruzavam os interesses do Estado e da Igreja, os objetivos da ciência e da religião e os valores da modernização e do cristianismo que se firmou como “distinto brasileiro” em uma cidade que passava por profundas transformações civilizacionais (higienismo, embelezamento, disciplinamento urbano etc).

Ocupando todos os espaços que lhe foram permitidos, José Albano

associou seu nome a empreendimentos sócio-religiosos fundamentais para a nova configuração que Fortaleza estava tomando, como, por exemplo, o Seminário Episcopal, o Colégio de Órfãos, o Asilo de Alienados, e, principalmente, a Santa Casa de Misericórdia e a Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Esses são os mais emblemáticos, porém faz-se necessário lembrar que, como afirmava a crônica da época, o futuro Barão era o “procurador de quase todas as casas de caridade da província”.

Os lucros desse investimento iam se materializando, entre outras formas, nos títulos que se acumulavam, como o de Cavaleiro da Ordem de São Gregório Magno, o de Tenente Coronel da Guarda Nacional e, um pouco antes do fim da Monarquia, o de Barão de Aratanha. Entende-se que o baronato foi o ponto máximo da relação estabelecida entre indivíduo-Coroa-Igreja. Sendo um “baronato sem grandeza”, seu reconhecimento se deu no âmbito local, com as práticas filantrópicas inseridas no cotidiano da cidade e no trânsito por diferentes espaços de poder onde os diversos setores da elite (comerciantes, militares da guarda nacional, magistrados, médicos, donos de escravizados e políticos) interagiam entre si - espaços onde cada indivíduo (ou grupo de indivíduos) geria seus recursos materiais e simbólicas de modo a garantir a reprodução social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORA, Manuel Albano. **Apontamentos biográficos de Manuel Francisco da Silva: genitor do Barão de Aratanha e do Coronel Manuel Francisco da Silva Albano.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, ano LIX, p. 252-255, Fortaleza, 1945.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de Nirez. **Cronologia Ilustrada de Fortaleza:**

roteiro para um turismo histórico e cultural. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001a.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de Nirez. **Índice Analítico e Iconografia da Cronologia Ilustrada de Fortaleza: roteiro para um turismo histórico e cultural.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001b.

BARMAN, Roderick J. **Uma nobreza no Novo Mundo: a função dos títulos no Brasil Imperial.** Mensário do Arquivo Nacional, ano 4, n. 6, p. 04-21, 1973.

BARROSO, Gustavo. **À Margem da História.** Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BOURDIEU, Pierre. **A Ilusão Biográfica.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 183-191.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 28 jan. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem e Teatro de Sombras.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COURY, Guillaume. **Norbert Elias e a construção dos grupos sociais: da economia psíquica à arte de reagrupar-se.** In: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. (org). Norbert Elias: a política e a história. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 123-144.

CUNHA, Priscilla Régis. **Trabalho e Cotidiano: produção e comércio de gêneros alimentícios em Fortaleza, no final do XIX e início do século XX.** 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro.** São Paulo: Globo, 2001.

NETTO, Raymundo. **Centro.** Fortaleza: Secultfor, 2014.

NEVES, Frederico de Castro. **A seca na história do Ceará.** In: SOUZA, Simone

de (Org.). *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 76–102.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas. **A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e o Asilo São Vicente de Paula: a problemática da loucura no Ceará**. Dossiê: Escritos sobre a Saúde, Doenças e Sociedade. Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, v. 7, n. 7, p. 13-35, 2010.

OLIVEIRA, Jessica Manfrim de. **Entre “Grandes” e Titulares: os padrões de nobilitação no Segundo Reinado**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Marina Garcia de. **Entre Nobres Lusitanos e Titulados Brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque. Reformas urbanas e controle social (1860 - 1930)**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha de. **Trabalho e cotidiano: produção e comércio de gêneros alimentícios em Fortaleza, no final do XIX e início do século XX**. 2011. Dissertação. (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. **Os Párias da Modernidade na “Terra Da Luz”: “A gente ínfima” de Fortaleza no processo de regulação da mão de obra urbana (1877 - 1912)**. Tese. (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1977

SOUZA, Maria Regina Santos de. **Impactos da “Guerra do Paraguai” na Província do Ceará (1865 - 1870)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

STUDART, Barão. **Datas e Factos para a História do Ceará: último quinquênio da monarquia**. Revista do Instituto do Ceará, ano XXXIX, p. 295-353, 1925.

STONE, L. **Prosopografia**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, 2011, p. 115-137.

Alisson Freitas da Silva
Alexandre Barbalho

p. 646 - 669

Um “Distinto Brasileiro”:
A trajetória de José Albano, o Barão de Aratanha

STUDART, Barão. **Ephemerides do Ceará Republicano**. Revista do Instituto do Ceará, ano XVI, p. 309-322, 1902.